

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.052 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 2000

Plenário vota proposta da DRU em 2º turno hoje

Proposta de emenda constitucional entra no terceiro dia de discussão e será apreciada pela última vez na sessão de hoje. Se aprovada sem emendas, irá à promulgação.

PÁGINA 4



Senadoras e deputadas participaram de homenagem a 25 mulheres que marcaram a história brasileira

Sessão do Congresso em homenagem às mulheres

Sessão solene hoje, às 10h, faz parte das comemorações do Congresso Nacional pelo Dia Internacional da Mulher. Às 12h30, haverá ato simbólico em homenagem a figuras femininas históricas.

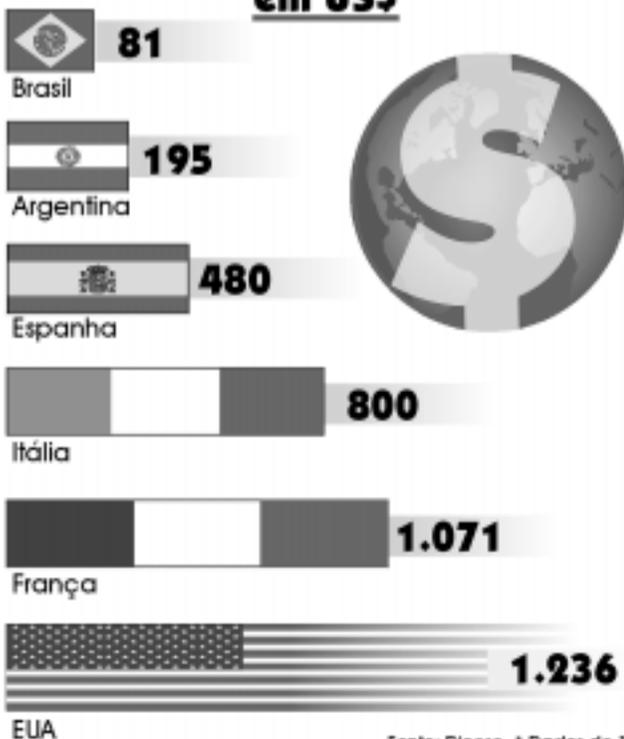
PÁGINAS 6 E 7

CAE aprova imposto com alíquota única para as microempresas

Faturamento anual de até R\$ 244 mil será tributado em 3% ao mês, de acordo com substitutivo de Roberto Saturnino a projeto de Álvaro Dias. Acima desse valor, firmas serão taxadas em percentuais escalonados conforme o volume de vendas

Salários no mundo

Valor do salário mínimo comparado com outros países em US\$



Entre os deputados Paulo Paim (PT) e Luiz Antonio Medeiros (PFL), o senador Antonio Carlos Magalhães discute solução para o mínimo

ACORDO PODE DAR REAJUSTE IGUAL PARA MÍNIMO E TETO

PÁGINA 3

As microempresas, que hoje estão sujeitas a três faixas de alíquotas do Simples, poderão ser beneficiadas com a unificação do imposto em 3%. Esse percentual, válido para empresas que tenham um faturamento anual de até R\$ 244 mil, está previsto em substitutivo a projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo. Firms que vendem mais de R\$ 244 mil estarão sujeitas a alíquotas que variam de 5,4% a 7%, conforme o faturamento. A CAE deverá chamar o prefeito de São Paulo, Celso Pitta, para depor sobre a dívida paulistana.

PÁGINA 8

Governadores debatem hoje contenção de gastos públicos

PÁGINA 9

Senadores querem plano para o setor aéreo

Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura debateram ontem, em audiência pública, os problemas enfrentados pela aviação

Vários senadores presentes à audiência pública das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realizada ontem para discutir os problemas das empresas aéreas apelaram ao governo para a urgência de um plano visando à estabilização do setor. Falaram nesse sentido Romero Jucá (PSDB-RR), Geraldo Lessa (PSDB-AL), Sérgio Machado (PSDB-CE) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

De acordo com Jucá, a aviação é estratégica, especialmente para as regiões isoladas como a Amazônia. Ele acredita que está havendo algo muito sério no setor, pois os usuários reclamam das altas tarifas ao mesmo tempo em que as empresas enfrentam dificuldades.

— É preciso que surjam logo resultados do grupo de trabalho que debate alternativas para o setor — pediu Jucá.

Na opinião de Valadares, seria necessária a revisão urgente do acordo man-

tido com os Estados Unidos, que está sendo prejudicial ao Brasil. Em resposta a pergunta do presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o diretor do Departamento de Aviação Civil (DAC), brigadeiro Venâncio Grossi, concordou que as companhias norte-americanas podem estar operando com prejuízos — já que o mercado brasileiro não é representativo no seu faturamento — com o objetivo de quebrar as nacionais.

Sérgio Machado sugeriu que na elaboração do plano estratégico seja observada a importância da aviação para o crescimento do turismo, setor com grande potencial para a dinamização da economia e a geração de empregos.

Respondendo a Romeu Tuma (PFL-SP) sobre a segurança dos vôos, Grossi afirmou que o DAC realiza cuidadosa inspeção dos aviões brasileiros e de países com os quais o Brasil não tem convênio nesse sentido.



Comissão mista ouviu universidades particulares e presidente da UNE

Debate indica rumos para aperfeiçoamento do Fies

Boa parte dos participantes da audiência pública promovida ontem pela comissão mista especial destinada a analisar a medida provisória que institui o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) reconheceu que esse é um instrumento de aperfeiçoamento do antigo Crédito Educativo, mas que necessita de dispositivos regulamentares para beneficiar os estudantes comprovadamente carentes. Aberta pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da comissão, a audiência contou com a presença de representantes de universidades particulares e do presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Wadson Ribeiro.

O presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), Maurício Chermann, com a concordância de outros reitores presentes, considerou um elemento restritivo vincular o ingresso ao Fies ao resultado do Exame Nacional de Cursos, o chamado “Prova”, e condenou os juros de 9% cobrados no financiamento. Para garantir o caráter social do programa, a entidade está propondo a reserva de 20% das vagas para alunos comprovadamente carentes. Já o reitor da PUC de São Paulo, Antonio Carlos Caruso, acha que as

boas universidades públicas ou privadas têm a mesma distribuição de renda, isto é, seus alunos pertencem à elite e o novo programa pode ser um instrumento para atacar esse problema. Ele considera, no entanto, que o Fies não pode obedecer características de lógica bancária, como exigência de fiador e juros altos.

A voz discordante na audiência foi do representante estudantil, Wadson Ribeiro, que fez vários questionamentos, afirmando que o governo tenta achar uma fórmula para resolver a demanda pelo ensino superior com menor custo. Para o senador Romeu Tuma, a proposta do governo está diretamente ligada ao enfraquecimento do estado em garantir a educação.

O deputado Osvaldo Biolchi (PMDB-RS), relator da medida provisória que estabelece a criação do Fies, acredita que o programa poderá atender cerca de 500 mil estudantes até 2006. Ele apresentou um projeto de conversão contendo uma série de alterações à proposta original. Biolchi muda o nome do financiamento para Banco do Estudante e introduz o Conselho Curador, garantindo um empréstimo de 100% e aumentando o volume de recursos oriundos das loterias de 30% para 70%.

Eliseu Padilha fala sobre pedágios

O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, presta esclarecimentos hoje aos senadores das comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura sobre o programa de privatização de rodovias e os preços cobrados em pedágios. A audiência terá início às 10h.

Autor do requerimento que resultou

no convite ao ministro, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) também quer ouvir o diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Genésio Bernardino, a Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias e a Confederação Nacional dos Transportes, além de secretários estaduais de Transportes.



Audiência conjunta debateu situação do transporte aéreo

Presidente da Transbrasil pede revisão da “política de céus abertos”

O presidente da Transbrasil, Paulo Enrico Cocco, pediu ao governo que reveja sua “política de céus abertos”, que permitiu maior presença de empresas aéreas estrangeiras no Brasil, especialmente as norte-americanas. Para ele, essas empresas têm custo mais baixo “por causa de seu poder financeiro e da baixa carga tributária nos Estados Unidos”.

Durante a audiência conjunta da CAE e da CI, Cocco adiantou que vem negociando um acordo operacional com a TAM e não uma fusão.

O comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Carlos Baptista, defendeu que o governo preste socorro às empresas aéreas, caso seja necessário. O diretor do Departamento de Aviação Civil, brigadeiro Venâncio Grossi, questionado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), garantiu que a Vasp não apresenta qualquer problema de segurança aérea, apesar de seus problemas financeiros. Ele defendeu a política de liberação gradual de preços e observou que “não houve uma guerra nociva de tarifas em 98, mas um ajustamento do mercado”.

O presidente da Infraero, Eduardo Bogalho Pettengill, informou que os preços dos serviços aeroportuários no Brasil estão na média de outros países, exceto para a taxa de embarque dos vôos internacionais, “mais alta por uma política do governo” — 30 dólares contra cerca de 20 nos EUA e na Europa.

O presidente da Vasp, Wagner Canhedo, também convidado, informou que tinha outro compromisso.

O presidente da Vasp, Wagner Canhedo, também convidado, informou que tinha outro compromisso.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 2000

PLENÁRIO

10h — Sessão solene do Congresso Nacional
Pauta: destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher. Plenário da Câmara dos Deputados

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: terceiro e último dia de discussão em segundo turno da *PEC nº 4/2000, que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU); quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 24/99, que dá nova redação à alínea “c” do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira); *Parecer nº 109/2000, sobre a Mensagem nº 75/2000 (nº 188/2000, na origem), que submete a escolha de Ariel Rocha de Couto para o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência; *PDL nº 57/99, que renova a concessão da Rádio Cultura OM de Poços de Caldas (MG); e *PDL nº 79/99, que renova a concessão da Fundação de Desenvolvimento de Picuí (PB) para exploração de rádio OM.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: entre outros itens, *PLS nº 92/99, que altera a Lei nº 9.068/98, que dispõe sobre o trabalho voluntário; e *PLS nº 388/99, que altera o artigo 57 da Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

9h30 — Comissões mistas
Pauta: *Medida Provisória nº 1.988-18, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827/89. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

10h — Reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: exposição, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 09-CI/2000, de autoria do senador Osmar Dias, do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, sobre o programa de privatização e tarifas de pedágio. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: entre outros itens, *PDS nº 109/99, que dispõe sobre a política energética nacional; e *PLS nº 268/99, que dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do *habeas data*. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

17h — Reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: audiência pública sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, com a presença dos governadores Amazonino Mendes, do Amazonas; Esperidião Amin, de Santa Catarina; José Orcínio, de Mato Grosso do Sul; César Borges, da Bahia, e Tasso Jereissati, do Ceará. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

17h — Comissão de Fiscalização e Controle
Pauta: Audiência pública para prestar esclarecimentos sobre a fusão de empresas denominada Am Bev. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 6*

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Antonio Carlos (E) afirmou que é contra utilização de recursos do fundo contra a pobreza para elevar o mínimo. Paim e Medeiros (D) pretendem conversar com líderes partidários

Parlamentares pretendem garantir para o mínimo o mesmo aumento do teto

Deputados Luiz Antonio Medeiros e Paulo Paim estiveram no gabinete do presidente do Senado e anunciaram um “consenso”, que deverá ser levado às lideranças dos dois partidos

Após reunião com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ontem, os deputados Luiz Antonio Medeiros (PFL-SP) e Paulo Paim (PT-RS) deixaram o gabinete do senador anunciando um “consenso” entre os três parlamentares, que deverá ser levado às lideranças dos dois partidos e submetido à consideração de outras agremiações, no sentido de reivindicar para o reajuste do salário mínimo o mesmo percentual de aumento que for aplicado ao teto do funcionalismo público.

De acordo com Medeiros, houve acordo sobre três pontos: votar o aumento do salário mínimo ao mesmo tempo em que for votado o novo teto do funcionalismo; dar ao mínimo o mesmo percentual de reajuste do teto; e lutar para que o novo mínimo não seja inferior ao equivalente em reais a US\$ 100.

A possibilidade de o governo usar os recursos previstos para o Fundo de Combate à Pobreza no Orçamento da União, no esforço para dar um reajuste maior ao mínimo, foi igualmente rejeitada pelos três participantes do encontro. Ao deixar seu gabinete, o se-

ACM ACREDITA NO SUCESSO DAS NEGOCIAÇÕES COM GOVERNO

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que acredita no sucesso das negociações das quais vem participando, visando o aumento do salário mínimo e a votação do seu novo valor junto com o teto do funcionalismo. Segundo o senador, já existe consenso sobre o assunto.

– Temos discutido teses em que procuramos recursos para o salário mínimo, e queremos que seja votado

na mesma ocasião que o teto. Acho que isso vai dar certo, porque há um consenso dos congressistas de fazer o melhor salário mínimo possível – afirmou.

O senador confirmou que continua defendendo R\$ 180 para o mínimo. “Acho que R\$ 180 para o mínimo, R\$ 10.800 para o Congresso e o Executivo, e R\$ 11.500 para o Judiciário é uma boa solução. É mais ou menos equilibrado”, disse.

nador Antonio Carlos Magalhães criticou a proposta.

– Sou contra essa posição, porque esse fundo é destinado a pessoas pobres, indigentes que não ganham sequer o mínimo – afirmou o presidente do Senado.

Antonio Carlos disse que entende a preocupação do governo em desenvolver estudos e avaliar possibilidades de fontes de receitas para elevar o mínimo. Ele admitiu a possibilidade de o governo propor o novo mínimo por meio de uma medida provisória, com valor inferior aos R\$ 180 que muitos parlamentares reivindicam, e

previu mudanças.

– Evidentemente (a medida) será estudada pelo Congresso e provavelmente modificada para mais – observou.

Os deputados Luiz Antonio Medeiros e Paulo Paim também destacaram a intenção de articular um projeto de conversão (substitutivo) para a eventual medida provisória com que o governo possa vir a reajustar o salário mínimo, caso esse novo valor fique abaixo dos R\$ 180 fixados como “objetivo comum”, a partir da reunião de ontem.

O senador Antonio Carlos Ma-

galhães considerou que, “em última instância, a tarefa de fixar o mínimo deve ser da comissão especial da Câmara”. Ele ressaltou que, “evidentemente o governo pode propor (um valor) e até votar (outro, eventualmente maior, aprovado pelos parlamentares), mas o Congresso também pode propor e derrubar o veto”.

UNIDOS

Antonio Carlos disse esperar que as lideranças partidárias se engajem nessa reivindicação e lembrou que o PFL “está todo unido” na defesa de um mínimo de R\$ 180. “Desejamos que o governo atenda a esse apelo não nosso, mas dos trabalhadores”, acrescentou. O senador observou que não vê uma conquista como essa como vitória do PFL. “O PFL tem que estar com essa bandeira, mas será uma vitória do país”, afirmou.

O senador registrou a coincidência de posições, na questão do reajuste do mínimo, entre o PT e o PFL. Ele observou que “o PT sempre teve também essa tese; e se o PT coincide agora com a nossa, o PT também será vitorioso na medida em que os trabalhadores tenham um salário melhor”.

“São Paulo não merece a angústia que está vivendo”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, voltou a manifestar, ontem, sua estranheza com o envolvimento de seu nome nas denúncias feitas por Nicéa Camargo, ex-esposa do prefeito da capital, Celso Pitta, que deflagram uma crise política em São Paulo. “Não me imiscuo na política paulista, a não ser para querer

uma boa solução para São Paulo, porque São Paulo não merece viver os dias de angústia que está vivendo, principalmente na capital, mas também no interior”, afirmou o senador.

BANCO CENTRAL

Antonio Carlos Magalhães disse, também, que vê com bons olhos a indicação de Tereza Gros-

si para a Diretoria de Fiscalização do Banco Central. A indicação deverá ser submetida à aprovação da Casa. O senador considera a funcionária de carreira do BC uma “pessoa muito competente”.

Na avaliação de Antonio Carlos, o trabalho que vem sendo feito pelo presidente do Banco

Central, Armínio Fraga, junto com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, “merece esse voto de confiança”.

– O crédito do presidente Armínio Fraga, que fez com o Malan uma reabilitação da política econômica do Brasil, merece que o Senado lhe dê um voto de confiança ao nome que ele indica – afirmou.

Saturnino lança novo volume de sua trilogia

Hoje, às 19h, no restaurante Carpe Diem, em Brasília, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) lança o último volume de uma trilogia de pequenas histórias que retratam o cotidiano carioca: *Contos do Rio*

– *Filosofia do Rio em Sete Dimensões*. Os dois volumes anteriores, já publicados, abordaram a história e a geografia do Rio. O que será



lançado hoje está dividido em sete temas – doçura, vontade, sabedoria, força, razão, destreza e amor.

Saturnino reconhece as dificuldades de conciliar a atividade política como senador e sua vontade de escrever, mas considera que essas duas formas de ação pública convergem na retórica, nas paixões, no inconsciente coletivo, na atenção e sensibilidade aos dramas da vida:

– Gosto mais de ser escritor do que político. Mas isso não se aplica a todos os casos: conheço muitos políticos que só pensam em política e só olham a cidade e as pessoas contando votos – observou.

Senado presta homenagem a ex-parlamentar paraibano

Dentro da coleção “Grandes Vultos que Honraram o Senado”, a Biblioteca da Casa lança hoje, às 19h, volume em homenagem ao senador paraibano Argemiro de Figueiredo. Eleito pela UDN em 1954 e reeleito em 1962, tendo exercido mandato até 1970, o homenageado faleceu em 1975, no exercício de mandato de deputado federal.

No prefácio do livro, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) destaca a importância de Argemiro de Figueiredo para a política nordestina, ressaltando que os mandatos do homenageado sempre foram voltados para a denúncia das disparidades regionais e das desigualdades sociais.

Plenário conclui hoje a apreciação da DRU

Já aprovada em primeiro turno, vai a votação final proposta de emenda constitucional que desvincula de qualquer despesa previamente fixada 20% da arrecadação de todos os impostos e contribuições recebidos pela União

Foi realizado ontem o segundo dia de discussão da proposta de emenda constitucional que desvincula de qualquer despesa previamente fixada 20% da arrecadação de todos os impostos e contribuições recebidos pela União. A matéria terá seu terceiro dia de discussão hoje, quando será votada em segundo turno. A Desvinculação de Receitas da União (DRU) substituirá o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).

Apresentada pelo Poder Executivo e relatada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a proposta foi aprovada em primeiro turno em fevereiro passado. Se o texto não for

emendado pelo Plenário, após a votação irá a promulgação. Na opinião de Alcântara, a DRU proporcionará ao governo a possibilidade de manter uma política fiscal equilibrada e racional, permitindo alocar recursos onde eles são mais necessários.

No entender do relator, a desvinculação permitirá ao Executivo manter a estabilidade monetária sem precisar emitir moeda nem aumentar o endividamento público. Ele observa que o elevado grau de vinculações de receitas do Orçamento "reduz substancialmente a margem de liberdade do governo federal para atender a novas demandas sociais e econômicas".

Registro de brasileiros nascidos no exterior pode ser facilitado

O Senado realizou ontem o quarto dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que redefine as condições que caracterizam a nacionalidade brasileira. De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a iniciativa, que será votada hoje, visa corrigir interpretação dada pelas autoridades consulares ao nascimento de filhos de brasileiros no exterior. Segundo o parlamentar, os consulados têm entendido que o registro dessas crianças deve ser feito em cartório localizado no Brasil, e não nos consulados.

Lúcio Alcântara argumenta que existem centenas de crianças apátridas em outros países, filhas de brasileiros ou brasileiras, impedidas de registrar-se como tais. Isso porque, segundo ele, uma emenda de revisão na Constituição brasileira deixou de se referir à necessidade de registro dessas crianças em

repartição brasileira competente, o que foi interpretado pelas autoridades consulares no exterior como uma proibição de registro.

O senador afirma que, como nem todo pai ou mãe pode pagar a passagem e vir ao Brasil fazer o registro, crianças brasileiras estão se mantendo apátridas, a menos que o país hospedeiro aceite o princípio de nacionalidade territorial para os recém-nascidos.

Para sanar esse conflito interpretativo, a emenda de Alcântara dispõe que são também brasileiros natos "os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira".

Senado manifesta pesar pela morte de Lucy Geisel

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento do presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, para inserção em ata de voto de profundo pesar pela morte de Lucy Geisel, viúva do ex-presidente Ernesto Geisel. Na ocasião, foi também aprovada a decisão de enviar mensagem de condolências à família da ex-primeira-dama.



Plenário votou ontem acordos e empréstimos internacionais e hoje decide sobre a DRU

ECT autorizada a contratar empréstimo externo

Em regime de urgência, o Senado decidiu ontem autorizar a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a elevar temporariamente seus limites de endividamento, para contratar operação de crédito externo com o Japan Bank for International Cooperation (JBIC) e com a Marubeni Corporation, no valor de 6,8 bilhões de ienes. A matéria agora vai a promulgação.

Na mensagem enviada ao Congresso, o governo diz que o empréstimo dará continuidade a processo de modernização consisten-

te no Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicação e do Sistema Postal. Relator dessa autorização na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Wellington Roberto (PMDB-PB) disse que a operação não contará com a garantia da União e integra o conjunto dos financiamentos que permitirão a importação de bens e serviços necessários à modernização dos Correios. Afirmou ainda que a ECT encontra-se em situação financeira equilibrada, tendo sido classificada como empresa de baixo risco.

Contra a autorização, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) argumentou que ficaria muito feliz se essa operação de crédito garantisse melhor estrutura para os serviços de correios e um eficaz atendimento à população. Mas, em sua opinião, o que o governo deseja é sanear essa empresa pública a fim de privatizá-la. Ela referiu-se a projeto que tramita no Senado prevendo a injeção de recursos na ECT e sua eventual privatização. E sustentou que esse projeto devia ser analisado junto com essa autorização para endividamento da empresa.

Aprovados acordos com Peru e Equador

O Senado aprovou ontem dois acordos para a Provisão de Apoio às Operações da Missão de Observadores Militares do Equador e do Peru (Momep II) celebrados, em 1998, pelo Brasil com esses dois países. Na mensagem enviada ao Congresso, o governo salienta a conveniência de esses acordos entrarem logo em vigor, tendo em vista as despesas já feitas pelos ministérios militares.

Relatores das matérias na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, os senadores José Jorge (PFL-PE) e Bernardo Cabral (PFL-AM) lembraram que os acordos consistiram em tra-



José Jorge e Bernardo Cabral, relatores na CRE, deram pareceres favoráveis à aprovação dos acordos

tados assinados pelo Brasil com o Peru e o Equador como decorrência do papel assumido pelo governo brasileiro na resolução do conflito fronteiriço que envolveu aqueles países em 1995. A

gestão do Brasil no conflito levou à assinatura pelos governos do Peru e do Equador da Declaração de Paz do Itamaraty.

EMISSORAS

Na mesma sessão, o Senado decidiu renovar as concessões outorgadas às rádios Serra Azul, da cidade de Santos Dumont (MG), e Cacique de Sorocaba, da cidade de Sorocaba (SP), para explorarem serviços de radiodifusão em frequência modulada. A votação foi simbólica e o Bloco Oposição se absteve de votar. A decisão agora vai a promulgação.

Turismo rural pode combater êxodo, afirma Althoff

Senador defende, em audiência pública, incentivo à atividade como alternativa de fonte de renda e de melhoria da qualidade de vida das famílias. Segundo ele, isso poderia contribuir para fixar o homem no campo

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) defendeu o incentivo ao turismo rural como alternativa de fonte de renda para as famílias e de melhoria da qualidade de vida e de trabalho, o que poderia contribuir para fixar o homem no campo, evitando o êxodo rumo às cidades. O senador fez essas considerações ao tomar parte de uma audiência pública sobre o tema "Turismo Rural, Profissionalização e Cooperação para o Desenvolvimento", na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Tomaram parte dos debates representantes do governo, parlamentares e entidades ligadas ao setor.

lização e Cooperação para o Desenvolvimento", na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Tomaram parte dos debates representantes do governo, parlamentares e entidades ligadas ao setor.

Todos os expositores e debatedores manifestaram a certeza de que, com o incremento do turismo rural, o país poderá desenvolver o campo e combater de forma eficaz o êxodo em direção às cidades, além de resgatar a cultura interiorana.

O presidente da Associação Brasileira de Turismo Rural, Renato Bravo, chegou a propor a criação da Ruraltur, que seria ligada à Embratur e ao Sebrae nacional. A essa entidade, segundo ele, caberia todo o ordenamento e sistematização do turismo rural.

O líder do PSB na Câmara Legislativa do Distrito Federal, deputado Rodrigo Rollemberg, propôs, durante a audiência, que o governo federal adote ações destinadas a fortalecer o turismo rural e sugeriu a isenção do ICMS para todos os produtos beneficiados em fazendas que optarem pelo turismo rural.



Althoff explicou, na audiência pública, que incremento ao turismo rural desenvolverá o interior

CFC discute com o Cade fusão de cervejarias

A fusão entre as cervejarias Brahma e Antartica é tema de audiência pública que a Comissão de Fiscalização e Controle realiza hoje, às 17h. O presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Gesner Oliveira, vai explicar aos senadores qual a avaliação do órgão sobre a fusão.

Para o presidente da comissão, senador Romero Jucá (PSDB-RR), que também é vice-líder do governo na Casa, uma das principais fi-

nalidades da reunião será conhecer as condições que o Cade tem para analisar os efeitos da associação e se conta com pessoal suficiente para realizar suas funções.

— É preciso discutir esse aspecto porque as grandes fusões estão só começando no Brasil — alerta o senador.

Também participarão da reunião os conselheiros Hebe Romano, Marcelo Calliari e Ruy Santacruz, além do procurador-geral do conselho, Dalton Soares.

Subcomissão sobre vazamento de óleo define agenda de trabalhos

A subcomissão criada no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) com a finalidade de investigar os motivos que levaram ao desastre ambiental causado por vazamento de óleo no Rio de Janeiro reúne-se hoje, às 18h, para definir sua agenda de trabalhos.

Presidida pelo senador Geraldo Lessa (PSDB-AL), tendo como relator o senador Geraldo Cândido

(PT-RJ), a subcomissão deve decidir na reunião o roteiro das visitas que seus integrantes irão fazer aos locais afetados.

Depois dessa visita, os senadores da subcomissão devem participar de um encontro com o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Conema) do Rio de Janeiro para ouvir membros do governo e das organizações não governamentais.



Na Comissão de Educação, os senadores discutem a importância da proposta de apoio aos músicos antes de aprová-la

CE aprova desconto de 50% para músicos em espetáculos musicais

A Comissão de Educação aprovou ontem parecer favorável do senador Artur da Távola (sem partido-RJ) a projeto que estende aos músicos, profissionais ou estudantes, desconto de 50% no valor do ingresso em espetáculos musicais. Através de emenda, o senador excluiu dispositivo que fixava prazo para o Executivo regulamentar a matéria. O projeto segue para o Plenário.

O senador Maguito Vilela (PMDB-

GO), autor do projeto, argumenta que a importância da iniciativa pode ser medida pela carência de oportunidades voltadas para o aprimoramento dos profissionais da música. Segundo ele, os músicos não têm recebido do poder público a atenção que merecem. "Afinal, o produto número um da pauta de exportação cultural do país é a música", afirmou.

Ao se manifestar a favor desse ponto de vista, o senador Artur da

Távola considera que o acesso propiciado pela redução do preço dos ingressos aos espetáculos musicais cumpre o importante papel de suplementar a formação acadêmica, ampliando o horizonte e anexando experiências ao trabalho dos profissionais e estudantes de música. A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) também destacou a importância da proposta. "O país precisa investir cada vez mais na formação da nossa gente", disse.

Ex-governadores de Roraima e Acre dão nomes a rodovias

Os ex-governadores Hélio Campos e Edmundo Pinto, de Roraima e do Acre, respectivamente, foram homenageados ontem com a aprovação de dois projetos terminativos na Comissão de Educação.

Iniciativa do senador Romero Jucá (PSDB-RR), relatada favoravelmente pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), dará ao trecho da rodovia BR-174, na divisa dos estados do Amazonas e de Roraima, o nome de "Rodovia Governador Hélio Campos".

Já o ex-governador do Acre Edmundo Pinto, assassinado há sete anos, dará nome a trecho da rodovia BR-364, conforme projeto do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), relatado, também favoravelmente, pelo senador Amir Lando (PMDB-RO).

Renovação de concessões tem pareceres favoráveis

A Comissão de Educação, em reunião presidida pelo senador Djalma Bessa (PFL-BA), aprovou pareceres favoráveis a 28 projetos de decreto legislativo renovando permissões, concessões e outorgas para o funcionamento de 21 emissoras de rádio e outorgando concessões e permissões para outras sete. As propostas ainda dependem de aprovação do Plenário do Senado.

Foram renovadas as permissões das rádios Jornal de Rio Claro, de Rio Claro (SP); Fandango, de Cachoeira do Sul (RS); Alvorada, do Rio de Janeiro (RJ); Interson, de São Carlos (SP); Correio, de Campina Grande (PB); e Musical, de Jacaré (SP).

Tiveram as concessões renovadas as rádios Cultura de Assis, de Assis (SP); Cidade de Jundiá, de Jundiá (SP); Vale do Taquari, de Coxim (MS); Fundação Educativa Nordeste, de Soledade (RS); Educadora Goitacá, de Campos (RJ); Clube de Guaxupé, de Guaxupé (MG);

Difusora de Lençóis Paulista, de Lençóis Paulista (SP); Atalaia, de Óbidos (PA); Orlândia Rádio Clube, de Orlândia (SP); Alvorada, de Rondônia, de Ji-Paraná (RO); e Uirapuru, de Birigui (SP);

A comissão renovou a outorga da Rádio Taquara, de Taquara (RS) e da Rádio Centenário de Araras, de Araras (SP), e a autorização da Rádio Inconfidência, de Belo Horizonte (MG).

Também foram outorgadas concessões e permissões para o Sistema de Comunicação Rio Bonito explorar serviço de radiodifusão nas cidades de Palmas e Gurupi (TO); para o Sistema Excelsior de Comunicação, em Rio Claro (SP); para o Sistema Syria Comunicações, em Tucunduva (RS); à Fundação Bom Jesus, em Perdões (MG); ao Sistema de Comunicação Rio Bonito, em Araguacema (TO); e à Sociedade Vale do Araguaia de Comunicação, em Palmas (TO).

Senadores pedem presença da mulher na política

Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, celebrado no último dia 8, diversos senadores fizeram pronunciamentos reconhecendo os avanços alcançados pelas mulheres nas últimas décadas, mas ressaltando que ainda está distante o sonho da igualdade de



oportunidades. Eduardo Siqueira Campos, Geraldo Cândido e Mauro Miranda lembraram que a maior prova do desequilíbrio está na própria representação feminina no Congresso Nacional, muito inferior a sua participação na população.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

0h55 – *Senado em Pauta*
1h – *Debate*: Senador Lúcio Alcântara e Antônio Barbosa falam sobre os medicamentos genéricos
1h55 – *Senado em Pauta*
2h – *Unip*: Genética – 2ª parte
2h25 – *Senado em Pauta*
2h30 – *Jornal do Senado*
2h55 – *Senado em Pauta*
3h – *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas
3h30 – *Entrevista*: Senador Francelino Pereira fala sobre a regulamentação das microempresas
3h55 – *Senado em Pauta*
4h – *Jornal do Senado*
4h25 – *Senado em Pauta*
4h30 – *Unip*: Genética – 2ª parte
4h55 – *Senado em Pauta*
5h – *TV Escola* – Paisagens Brasileiras: Curitiba
5h30 – *Cores do Brasil*: Turismo em Pernambuco
5h55 – *Senado em Pauta*
6h – *Unip*: Genética – 2ª parte
6h25 – *Senado em Pauta*
6h30 – *Debate*: Senador Lúcio Alcântara e Antônio Barbosa falam sobre os medicamentos genéricos
6h55 – *Senado em Pauta*
7h30 – *Entrevista*: Senador Francelino Pereira fala sobre a regulamentação das microempresas
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Paisagens Brasileiras: Curitiba

8h55 – *Senado em Pauta*
9h – Comissão de Assuntos Sociais (vivo)
10h – Sessão Solene em homenagem às mulheres
Logo após: Reunião Conjunta das comissões de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos (vivo)
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após: Reunião Conjunta das comissões de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos (vivo)
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Comissão de Constituição e Justiça (gravado)
Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*. Em seguida – Música e informação
9h – Comissão de Assuntos Sociais. Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo). Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*. Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste. Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste. Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise). Em seguida – Música e informação

PROGRAMAÇÃO SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

Eduardo resalta importância de uma maior participação política

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) destacou, em discurso, o tema adotado pelo Conselho Nacional da Condição Feminina deste ano, que é a maior participação da mulher na vida política nacional. O senador observou que a participação feminina no Congresso Nacional é limitada e citou que menos de 10% das prefeituras são ocupadas por mulheres, havendo apenas uma governadora de estado no país – Roseana Sarney, do Maranhão.

Eduardo comemorou as conquistas alcançadas pelas mulheres, mas recordou que elas ainda sofrem com os bai-



Eduardo: mulheres ocupam menos de 10% das prefeituras

xos salários e com a violência. Segundo o senador, a mulher vem alcançando um lugar de destaque no contexto nacional, chefiando 40% das famílias brasileiras, mas ainda é discriminada tanto no campo profissional como o político.

Ao citar pesquisa promovida pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, o senador disse que foi constatada a diferença entre o rendimento médio de homens e mulheres. Os homens, segundo a pesquisa, têm rendimento médio mensal de R\$ 1.091, enquanto as mulheres recebem somente R\$ 688. E as

mulheres assalariadas também não dispõem da assistência indispensável que sua condição feminina exige, acrescentou.

O senador destacou que, de acordo com dados do Unicef, pelo menos 25% das mulheres latino-americanas já sofreram agressões físicas e abusos sexuais dentro e fora de casa. Na maioria dos países muçulmanos, observou, “a condição feminina é, no mínimo, dramática, com mutilações nos órgãos sexuais e assassinatos impunes por motivos torpes de pseudodefesa da honra masculina”.

Ao congratular a mulher brasileira “pela sua coragem e dedicação ao país e ao trabalho”, Eduardo disse que as mulheres têm colaborado decisivamente para o desenvolvimento nacional.

Cândido vê diferença entre discurso e realidade

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) denunciou “a distância entre o discurso de valorização da mulher e as condições concretas para que isto aconteça”. Ele ressaltou que hoje, “devido ao aumento da exclusão social provocada pelas políticas neoliberais, todos os dias têm sido de luta para as mulheres que vivem o desemprego, a perda dos direitos sociais, o arrocho salarial e a falta de qualidade e condições de uma vida digna”.

Embora reconhecendo que a situação das mulheres apresentou relativo progresso neste século, o senador observou que ainda é longo o caminho a percorrer, “tanto para as mulheres quanto para os negros, índios e pobres no país e no contexto mundial, caracteri-

zando, neste momento, pelo aumento das desigualdades sociais entre as nações”.

Para Geraldo Cândido, o maior indício de que há muito caminho a percorrer no sentido da igualdade entre homens e mulheres é a pequena representação feminina no Congresso Nacional. Ele apontou como causas deste fato a desmobilização das mulheres, descrentes de seu potencial, e a atuação dos partidos políticos, que não lhes concedem espaço para crescer.

O senador lamentou, ainda, que as



Cândido: pequena bancada no Congresso é prova da desigualdade

mulheres continuem a ser vítimas “da indiferença do poder público quanto às suas necessidades”, lembrando que o Brasil figura entre os países latino-americanos com os mais altos índices de mortalidade materna.

Geraldo Cândido reconheceu que a remoção de todos os obstáculos originados pelo preconceito e a discriminação exigirá ainda muito tempo, mas manifestou sua solidariedade à luta pela igualdade real da mulher diante da lei e das práticas sociais no país.

Para Mauro, conquistas são “incontestáveis”

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse que a revolução empreendida pelas mulheres, neste final de século, foi incontestavelmente marcante e profunda, obtendo um número de conquistas superior ao alcançado por outros grupos minoritários da sociedade.

Na sua avaliação, as mulheres lutaram e ainda lutam contra a opressão, a violação, as discriminações e as desigualdades sociais, e têm demonstrado sua capacidade, conquistando espaços impor-

tantes, principalmente em países ocidentais:

– Apesar dos imensos avanços ocorridos no campo dos direitos femininos, há, no Brasil, um longo caminho a percorrer para chegarmos à real igualdade entre homens e mulheres, acabando com a violência contra a mulher e com as discriminações ainda existentes, principalmente em relação às oportunidades de trabalho e às diferenças de remuneração – disse.

Mauro Miranda observou, tam-

bém, que a representação feminina no Congresso Nacional – 28 deputadas e seis senadoras – é um indício significativo do quanto ainda é pequena a participação da mulher na política nacional, embora a população feminina constitua 47,9% do eleitorado brasileiro.



Mauro ressaltou que ainda há um longo caminho a percorrer



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Sessão solene do Congresso homenageia mulheres

Em ato simbólico externo, às 12h30, a bancada feminina homenageará todas as mulheres lançando balões e portando faixas com os nomes das 25 figuras femininas que mais se destacaram nos 500 anos de história brasileira

Como parte das homenagens que o Congresso Nacional presta nesta semana, o Senado e a Câmara reúnem-se em sessão solene hoje, às 10h, para comemorar o Dia Internacional da Mulher. As senadoras Emília Fernandes (PDT-RS), Heloísa Helena (PT-AL), Luzia Toledo (PSDB-ES) e Maria do Carmo (PFL-SE) solicitaram a realização da homenagem.

Na Câmara, a deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ) também defendeu a sessão solene, destacando o "significado especial da homenagem para todas as mulheres que lutam por direitos e conquistas".

O Coral do Banco do Brasil participará da solenidade, na qual será apresentado o vídeo "Retratos de Mulher", produzido pelo



Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher (CNDDM).

Em continuidade à programação, ocorre um ato simbólico externo, às 12h30, quando a bancada feminina homenageará todas as mulheres lançando balões e portando faixas com os nomes das 25 figuras femininas que mais se destacaram nos 500 anos de história brasileira (*ver reportagem nesta página*).

Amanhã, senadoras e deputadas participam de dois eventos no Auditório Tancredo Neves, no Ministério da Justiça: às 10h, assinatura de protocolo de cooperação entre o CNDDM, Ministério do Trabalho, Fundação Roberto Marinho e Secretaria de Ação Social; e, às 11h, acontece o debate "Mulher e Poder".



Solenidade na Biblioteca do Senado marcou a homenagem feita pelas parlamentares a 25 mulheres que marcaram a história brasileira, por seu legado de conquistas

Congressistas exaltam a luta de figuras históricas

Convictas de que o Legislativo e a população de modo geral ganharam muito com a atuação da bancada feminina, 30 deputadas e seis senadoras organizaram homenagem a 25 figuras femininas que mais se destacaram na história brasileira, pelo legado de conquistas que deixaram a todas as mulheres (*veja o quadro abaixo*). Aberta com apresentação do Coral do Senado e tendo como mestre de cerimônias a atriz Jerusa Barcelos, a homenagem foi realizada na Biblioteca do Senado.

Jandira Feghali, que integra a coordenação da bancada feminina, esclareceu que os 25 nomes estão longe de fazer justiça às mulheres do Brasil. Estas mulheres, no entanto, representam simbolicamente os 500 anos de lutas e conquistas que orientam a atuação da bancada feminina no Congresso. Das 25 mulheres, a única

que se encontra viva, Maria Lenk, é esportista consagrada e continua, com seus mais de 80 anos, colecionando prêmios de natacão.

Várias personalidades revezaram-se na homenagem feita a cada uma dessas 25 figuras femininas: um único homem – o poeta Geraldo Carneiro – e, entre outras, as jornalistas Teresa Cruvinel, Adriana Motta e Marlene Galeazzi, as atrizes Bete Mendes e Elisa Lucinda e a escritora Bárbara Soares.

No final do evento, Emília Fernandes (PDT-RS) inaugurou a exposição de pintura e escultura "Mulher – 500 anos de lutas e conquistas", que permanecerá aberta à visitação pública até o dia 30 de março. Logo após foi realizado coquetel de lançamento de quatro livros, com a presença das respectivas autoras: Bárbara Soares, Sylvania Auad e Elisa Lucinda.

■ Domenico de Masi

"Elas estão mais preparadas para o futuro"

O futuro exigirá cada vez mais pessoas generalistas e flexíveis, uma vez que será praticamente impossível diferenciar, nas atividades sociais e econômicas, o que é trabalho, lazer ou processo educativo. A previsão foi feita ontem pelo sociólogo italiano Domenico de Masi na palestra "A Mulher do Futuro", que integrou a agenda de eventos organizada pela bancada feminina do Congresso Nacional em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Para a senadora Emília Fernandes (PDT-RS), que coordenou a mesa da palestra, a participação das mulheres no Parlamento é orientada pela percepção de que "o Poder precisa ser modificado". Além da senadora, integraram a mesa a deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ), a presidente do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, Solange Bentes Jurema, e Oriana White, representante da Associação Brasileira de Anunciantes.

De Masi, professor titular de Sociologia na Universidade Sapienza di Roma e autor, entre outros livros, de *A Emoção e a Regra* e *O Ócio Criativo*, fez o percurso histórico dos diferentes papéis atribuídos às mulheres pelas sociedades antiga e moderna para chegar à transi-



Sociólogo italiano vê momento de transição na definição dos papéis da sociedade

ção da sociedade industrial à atual, pós-industrial, "cuja base é a produção de bens imateriais como informação, serviços e estética, e não a produção de bens materiais".

Num balanço parcial da redefinição de papéis que está sendo operada nesse processo de transição, ainda inconcluso, o sociólogo avaliou que "os homens perderam, mas as mulheres ainda não ganharam". A progressiva superação da dualidade masculino/feminino típica da sociedade industrial, no entanto, daria vantagens comparativas às mulheres, pois o futuro aponta para a valorização de questões éticas, estéticas, emocionais, subjetivas e domésticas, em detrimento do

mundo prático e da produtividade, assim como dos valores de eficiência e recíproca competitividade. Um e outro leque de qualificações conformam os universos feminino e masculino típicos da sociedade industrial moderna, cujos fundamentos estariam em erosão.

Para o sociólogo, se no momento atual, de transição, as mulheres acumulam jornadas de trabalho e estresse, tal condição as prepara melhor para o futuro, forjando-as como pessoas generalistas e flexíveis, inventoras de um novo estilo de vida. O desejável, para De Masi, é que elas sejam portadoras da solução dos problemas universais, "como o fez o proletariado no século XIX".

Duas outras tendências entrariam nesse quadro geral como complicadores. Uma pode ser verificada na Europa e nos Estados Unidos, onde há evidente "cansaço com o avanço feminino e uma retomada do machismo". Outra estaria no próprio comportamento feminino na transição, segundo o sociólogo, pois estaria havendo "notável feminilização do homem" e deplorável masculinização das mulheres, quando o importante é que haja alguma forma de hibridismo.

AS 25 HOMENAGEADAS	
Ana Néri	Helenira Rezende de Souza Nazareth
Anita Garibaldi	Leila Diniz
Bárbara Heliodora	Lígia Clark
Bárbara Pereira de Alencar	Margarida Maria Alves
Berta Lutz	Maria Lenk
Cacilda Becker	Maria Quitéria de Jesus
Carlota de Queirós	Nise da Silveira
Catarina Paraguacu	Olga Benário
Chica da Silva	Pagu
Chiquinha Gonzaga	Tarsila do Amaral
Clara Camarão	Tereza Benguela
Clarice Lispector	Zuzu Angel
Cora Coralina	

CAE aprova alíquota única para microempresas

Substitutivo de Roberto Saturnino a projeto de Álvaro Dias estabelece alíquota de 3% para faturamento de até R\$ 244 mil por ano. Acima desse valor, firmas estarão sujeitas a percentuais escalonados conforme o volume de vendas

Os senadores concordaram que os percentuais em vigor estimulam a sonegação fiscal e inibem o crescimento das micro e pequenas empresas



Prefeito Pitta deverá depor sobre rolagem da dívida semana que vem

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), comunicou ontem que a comissão só depende do relatório conclusivo do Banco Central para convocar o prefeito Celso Pitta para prestar esclarecimentos sobre o pedido de prazo de 30 anos para rolagem da dívida da prefeitura de São Paulo. A previsão do senador é de que a audiência ocorra no próximo dia 23.

Ele informou que o projeto que trata da rolagem da dívida de São Paulo já foi entregue ao senador Romero Jucá (PSDB-RR) para ser relatado. Jucá, por sua vez, disse que considera prematura a vinda de Pitta na semana que vem, "sem que os senadores da CAE possam inteirar-se com detalhes do processo de renegociação executado entre a prefeitura e o Ministério da Fazenda".

Suassuna comprometeu-se a solicitar ao Banco Central uma antecipação da cópia dos processos em que constem as explicações fornecidas pelos secretários de estado



Ney Suassuna

sobre a renegociação da dívida e sobre os títulos emitidos para pagamento de precatórios. Também os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romeu Tuma (PFL-SP) manifestaram interesse em conhecer, com a maior brevidade possível, o teor do relatório do BC.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) pediu ao presidente da CAE que peça a apreciação por parte da comissão da mensagem do presidente da República com a indicação da funcionária do Banco Central Teresa Cristina Grossi para assumir a Diretoria de Fiscalização da instituição:

— A candidata não preenche a preliminar da reputação ilibada, pois seu nome consta de processos de responsabilidade civil e criminal em tramitação no Ministério Público por ter sido listada, no relatório da CPI dos Bancos, como uma das envolvidas no caso Marka e FonteCindam. Se ela chegar a ser sabatinada isso significará uma desmoralização para a comissão e para a Casa — afirmou Dutra.

Empregado pode escolher banco em que vai receber

Na reunião realizada na manhã de ontem, a CAE também aprovou parecer favorável do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) ao projeto de lei do ex-senador Júlio Campos (PFL-MT) que assegura ao empregado o direito de indicar o banco em que prefere receber seu salário. A matéria vai agora a Plenário.

Se aprovada, a medida será incluída no texto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de maneira a permitir que o empregado não fique submetido à escolha feita pela empresa em que trabalha, como ocorre hoje. A regra valerá também para os funcionários públicos, que hoje recebem apenas no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica.

O trabalhador não pode ser analfabeto — hipótese em que deverá receber em espécie — e a empresa em que trabalha deve estar situada em perímetro urbano:

— É uma antiga reivindicação dos trabalhadores, pois a grande maioria das empresas, por meio de acordo operacional, paga os salários dos empregados num único banco, com grandes vantagens para elas e nenhuma para os empregados — justificou Bezerra.

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos aprovaram ontem, em turno suplementar, o substitutivo do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) ao projeto de lei do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que padroniza as alíquotas dos impostos cobrados das microempresas e empresas de pequeno porte, inscritas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos (Simples).

De acordo com a proposta, as microempresas que obtiverem uma receita bruta anual de até R\$ 244 mil irão pagar uma alíquota de 3%, mensalmente, sobre suas receitas. Para esse setor existem, hoje, três alíquotas em vigor, que variam de 3% a 5,4% para receitas anuais de R\$ 60 mil a R\$ 120 mil.

Já para as empresas de pequeno porte, onde estão enquadradas aquelas que obtêm uma receita bruta anual entre R\$ 244 mil e R\$ 1,2 milhão, as alíquotas propostas variam de 5,4% a 7%, em cinco faixas escalonadas. A legislação atual sustenta alíquotas que variam de 5,4% a 8,6%, em nove faixas de receita.

Tanto o autor da proposta quanto o relator concordam que os percentuais em vigor e a defasagem dos valores das receitas máximas para cada faixa de arrecadação estimulam a sonegação fiscal e inibem o crescimento das micro e pequenas empresas. Por tornar-se terminativa, a proposta deverá ser apreciada agora pela Câmara dos Deputados, se não houver recurso assinado por nove senadores.

QUADRO COMPARATIVO

LEGISLAÇÃO VIGENTE

1 - Para a microempresa, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:

Até R\$ 60.000,00	3%
De R\$ 60.000,01 a R\$ 90.000,00	4%
De R\$ 90.000,01 a R\$ 120.000,00	5%

2 - Para empresas de pequeno porte, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:

Até R\$ 240.000,00	5,4%
De R\$ 240.000,01 a R\$ 360.000,00	5,8%
De R\$ 360.000,01 a R\$ 480.000,00	6,2%
De R\$ 480.000,01 a R\$ 600.000,00	6,6%
De R\$ 600.000,01 a R\$ 720.000,00	7%
De R\$ 720.000,01 a R\$ 840.000,00	7,4%
De R\$ 840.000,01 a R\$ 960.000,00	7,8%
De R\$ 960.000,01 a R\$ 1.080.000,00	8,2%
De R\$ 1.080.000,01 a R\$ 1.200.000,00	8,6%

LEGISLAÇÃO PROPOSTA

1 - Para a microempresa, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:

Até R\$ 244.000,00	3%
--------------------	----

2 - Para a empresa de pequeno porte, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:

Até R\$ 360.000,00	5,4%
De R\$ 360.000,01 a R\$ 570.000,00	5,8%
De R\$ 570.000,01 a R\$ 780.000,00	6,2%
De R\$ 780.000,01 a R\$ 990.000,00	6,6%
De R\$ 990.000,01 a R\$ 1.200.000,00	7%

Reunião debate antecipação de ICMS

Grças a requerimento dos senadores Osmar Dias (PSDB-PR), Luiz Otávio (sem partido-PA) e Ney Suassuna (PMDB-PB), aprovado ontem, a CAE realizará uma reunião amanhã para debater os contratos de antecipação de receitas de ICMS que alguns estados estariam firmando junto a grandes empresas.

O requerimento convida o diretor do Banco Central Carlos Eduardo Freitas para prestar informações sobre o entendimento do BC a respeito do assunto; os valores envolvidos; os contribuintes que anteciparam a receita de ICMS; e quais os prejuízos causados aos municípios quanto à perda da cota-parte do imposto. Eles também que-

rem saber o prejuízo que os estados podem vir a sofrer devido à concessão de taxa de desconto.

O presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, também será convidado, pois a empresa é uma das que executou contratos com os estados. Osmar Dias disse que outras empresas, como a Eletrobrás, a Itaipu, a Coca-

Cola e a Souza Cruz, também firmaram contratos neste sentido. "Eu temo que essa prática possa comprometer as finanças e o equilíbrio fiscal de todos os estados", afirmou. Concordaram com sua opinião os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Romeu Tuma (PFL-SP).

A comissão aprovou também outros dois requerimentos. Um de informações

do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) ao ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, para saber se o estado de Sergipe também realizou operações de antecipação de receitas, e outro, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), solicitando a convocação do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, para prestar informações sobre a transposição das águas do rio São Francisco.



Tebet preside comissão mista que examina alterações na legislação sobre os fundos constitucionais

Parlamentares analisam MP sobre fundos constitucionais

Os parlamentares integrantes da comissão mista destinada a examinar a medida provisória que altera a legislação sobre os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste reúnem-se hoje, às 9h30, para dar continuidade aos debates sobre o assunto. O relator da matéria, deputado Francisco Garcia (PFL-AM), sustenta que a grande vantagem da MP é determinar taxas de juros fixas para os empréstimos aos fundos, variando de 9% a 16%, de acordo com o tamanho da propriedade rural ou industrial tomadora.

A MP foi reeditada na segunda-feira pelo Executivo e a comissão, que já promoveu vários debates e audiências públicas com autoridades, prosseguirá na análise da matéria, tendo como presidente o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e como vice-presidente o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). O prazo para a tramitação da matéria no Congresso encerra-se no dia 11 de abril e o parecer sobre o mérito deverá ser concluído até o dia 27 deste mês.

Os fundos constitucionais foram criados pela Constituição de 1988, com objetivo de financiar os setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A União é obrigada a repassar 3% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para esses programas.

De acordo com dados fornecidos pelo BNDES, foram repassados, no ano passado, R\$ 286 milhões para o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e o mesmo valor para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) recebeu, no mesmo período, R\$ 853 milhões.

Governadores debatem na CAE Lei de Responsabilidade Fiscal

Relator da proposta, senador Jefferson Péres quer conhecer a opinião de chefes de Executivo estadual antes de elaborar seu parecer

Cinco governadores participam hoje de uma audiência pública, promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal. Eles deverão debater os reflexos da proposta, que tem por principal objetivo disciplinar os gastos públicos.

Confirmaram presença os governadores Amazonino Mendes, do Amazonas; Esperidião Amin, de Santa Catarina; Zeca do PT, de Mato Grosso do Sul; César Borges, da Bahia; e Tasso Jereissati, do Ceará. Esta será a segunda audiência pública sobre o projeto promovida pela CAE, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). No final de fevereiro, compareceu à comissão o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, que criticou a proposta argumentando que ela fere o pacto federativo ao estabelecer um modelo único



Jefferson Péres pretende apontar falhas do projeto para que a CAE decida sobre eventuais mudanças

de governo para estados e municípios. O presidente da confederação apontou ainda como defeito do projeto o privilégio, no que se refere aos gastos governamentais, do pagamento da dívida pública, em detrimento de investimentos sociais.

Depois de ouvir o representante dos municípios, o relator da proposta, senador Jefferson Péres (PDT-AM), quer conhecer a opinião dos governadores antes de elaborar o parecer que apresentará à comissão. Logo após ser nomeado relator, o senador disse que não acataria emendas destinadas a alterar a estrutura do projeto, mas adiantou que apontaria as falhas da proposta aos integrantes da CAE, para que decidissem se eventuais mudanças seriam adotadas durante a tramitação da proposta ou mais tarde, por meio de outro projeto.

O projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal foi aprovado pela Câmara durante o período de convocação extraordinária do Congresso Nacional e já obteve parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatado pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR).



Carlos Patrocínio propõe o uso de rótulos informativos para identificar os transgênicos

CAS aprecia projetos sobre produtos transgênicos

Três projetos que disciplinam a questão dos organismos geneticamente modificados (OGM) estão na pauta da reunião que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje, às 9 horas. Os projetos, que tramitam em conjunto, serão apreciados em decisão terminativa.

O relator das matérias, senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), apresentou parecer favorável à aprovação apenas do projeto de autoria do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que torna obrigatório o uso de rótulos informativos para identificar produtos resultantes de organismos geneticamente modificados ou seus derivados. Patrocínio justifica sua iniciativa argumentando que assim o cidadão poderá decidir, de forma consciente, se deseja ou não consumir alimentos transgênicos. A rotulagem de produtos com essas características, acrescenta, já está regulamentada pelos países europeus.

Quintanilha deu parecer pela rejeição do projeto apresentado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), também relacionado à rotulagem de produtos resultantes de organismos geneticamente modificados, e da proposta da senadora Marina Silva (PT-AC) que proíbe o plantio e a comercialização desses produtos por cinco anos.

O desconto de 50% nas passagens aéreas para maiores de 60 anos é outra matéria na pauta da CAS. Com parecer favorável da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), o projeto foi apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

A CAS examina também três projetos de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), incluindo o que institui o Dia Nacional de Vacinação contra a Hepatite B, e um projeto da Câmara que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

CCJ examina proibição da publicidade de bebidas e fumo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota hoje projeto que proíbe a publicidade e a propaganda de bebidas alcoólicas, fumo e derivados nos meios de comunicação e em trajes e artigos esportivos. O substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM) ao projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também proíbe a propaganda desses produtos em veículos de competição, locais de venda, artigos de *camping*, brinquedos e outros materiais promocionais.

Entre os 11 itens da pauta da CCJ está também o projeto de lei do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que dá o direito aos locatários de unidades autônomas de *shopping-centers* de participar das reuniões ou assembleias para o estabelecimento da convenção de condomínio e do regimento interno. A matéria, que tem voto favorável do relator, senador Iris Rezende (PMDB-GO), recebeu voto em separado dos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Francelino Pereira (PFL-MG).

Alcântara é o autor do projeto



Lúcio Alcântara é autor do projeto que disciplina o rito processual do *habeas data*

que dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa física e jurídica, outro item da pauta da CCJ. O projeto, que tem parecer favorável do relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), disciplina o rito processual do *habeas data*. O texto determina quais dados pessoais serão acessíveis e quais bancos de dados podem ser constituídos, assim como suas condições de acesso.

Os senadores da comissão apreciam ainda as emendas de Plenário ao projeto de lei da ex-senadora

Júnia Marise que autoriza o Poder Executivo a incluir 13 municípios mineiros na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal (Ride). O parecer do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), é pela rejeição das emendas, mas o senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou voto em separado defendendo a inclusão de outros seis municípios mineiros na Ride.

Outro projeto polêmico a ser discutido na CCJ é o que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. A matéria, de autoria da Presidência da República, já foi aprovada na Câmara dos Deputados. Na comissão, teve voto favorável do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), com três emendas de redação.

A CCJ examina também projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que estabelece a gratuidade dos exames de código genético (DNA) nos processos de reconhecimento de paternidade. O voto da relatora, senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), é favorável.

Requião aponta manobras destinadas a paralisar processos sobre precatórios

Senador culpa setores do governo, da imprensa e do sistema financeiro e afirma que CPI da Câmara poderá interferir no andamento de ações que tramitam na Justiça do Rio de Janeiro

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ontem existirem manobras políticas de setores do governo, da imprensa e do sistema financeiro para paralisar os processos judiciais que resultaram da CPI dos Precatórios, realizada em 1997.

— Os deputados que estão propondo a reabertura dos trabalhos da CPI dos Precatórios não entenderam que essa continuação resultará na paralisação dos processos em andamento na Justiça, em especial no Rio de Janeiro, onde até um diretor do Bradesco está indiciado por formação de quadrilha, peculato e prevaricação — afirmou.

Para Requião, a CPI dos Precatórios, da qual foi o relator, é um assunto pronto e acabado, com um relatório aprovado por unanimidade no Plenário do



Requião afirma que governo ignorou conclusões da CPI

Senado, pedindo providências muito concretas do Ministério Público, da Justiça e do governo.

— O governo ignorou essas conclusões e autorizou a rolagem de títulos de Pernambuco, de maneira totalmente irregular e passando por cima de resolução do Senado. Nós temos a obrigação de sustar essa operação que leu os cofres públicos em R\$ 120 milhões — enfatizou o senador.

Requião afirmou que a imprensa, em especial a Rede Globo e o jornal *Estado de S. Paulo*, silencia quando os denunciados em escândalos pertencem aos altos escalões dos bancos. “Foi assim na CPI: quando se tratava de acusar políticos, a cobertura era extensiva, constante. Quando os envolvidos eram o Bradesco e o Banco do Estado do Paraná, as notícias min-

guavam e logo sumiam. Será coincidência que esses bancos sejam grandes anunciantes e patrocinadores na mídia?”, perguntou.

O senador manifestou sua estranheza ao ver a Rede Globo, a propósito das denúncias feitas por Nicéa Camargo, ex-mulher do prefeito de São Paulo, Celso Pitta, querer “ressuscitar” a CPI dos Precatórios. “Os fatos a que ela se refere têm a ver com a Câmara Municipal e os vereadores, nada a ver com precatórios. A matéria estava tão incorreta que até chamaram o senador Gilberto Miranda de relator da CPI, quando todos sabem que fui eu”, disse.

Requião disse que é importante que se saiba a quem interessa a paralisação dos processos que resultaram da CPI. “Seguindo o velho método dos detetives, será que chegaremos aos grandes bancos? Bendigo a TV Senado que, com seu sinal verdadeiramente democrático, permite aos senadores quebrar a linha de defesa que os grandes bancos detêm nas redes de televi-

são aberta”, afirmou.

O senador Roberto Requião considerou, ainda, falta de ética da Rede Globo colocar na berlinda o presidente do Senado, senador Antonio Carlos Magalhães, sem que lhe fosse possível estabelecer o contraditório. “Não há correlação possível entre o senador Antonio Carlos Magalhães e os precatórios, até porque quem fazia o relatório era eu e o senador jamais me pediria que o modificasse, e eu jamais o modificaria, a pedido dele ou de qualquer outra pessoa. É um processo de corrupção impossível, pela lisura do senador e pela minha lisura,” disse Requião.

Ao finalizar seu pronunciamento, Requião pediu a tramitação rápida de seu projeto de lei, exigindo que todos os canais de televisão por assinatura — e não apenas aqueles que operam por cabo — retransmitam a programação da TV Senado, para ampliar a penetração de seu noticiário e informar melhor a opinião pública.



Iris Rezende denuncia “manipulação sórdida” para desarticular o PMDB em Goiás

Iris: devolução de dinheiro prova inocência do PMDB

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) disse ontem em Plenário que “caiu por terra”, com a divulgação da devolução do dinheiro em depósito judicial, a versão de que o PMDB havia sido destinatário de R\$ 5 milhões, recebidos por um advogado, em acordo com a Caixa Econômica de Goiás (Caixego). O senador apresentou em Plenário ontem cópias da devolução do dinheiro ao juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública de Goiás. “Receberam o dinheiro, ficaram com ele por mais de um ano, e só agora vêm entregá-lo à Justiça. Por que não devolveram antes?”, questionou o senador.

Na opinião de Iris, tudo não passou de uma “manipulação sórdida”, contra ele, com o objetivo de desarticular o PMDB no estado. O senador lamentou especialmente os prejuízos causados à sua família.

— Eu e minha família sofremos na carne e na alma a mais maldosa das insinuações, a mais violenta das calúnias e a mais torpe das difamações. Fomos injuriados, denegridos em nossa honra, vilipendiados em nossos sentimentos mais caros de honestidade e de seriedade, que sempre cultivamos — afirmou, lamentando que as “informações ofensivas” tenham chegado ao conhecimento da imprensa através de comunicações feitas pelos órgãos da Justiça responsáveis pela investigação e o processo.

Apesar disso, Iris Rezende disse que vê no episódio a oportunidade de se fortalecer. “Tenho o dever moral de dedicar cada dia da minha vida ao combate das ações de todos os inescrupulosos”, acrescentou.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) solidarizou-se com Iris Rezende e disse que a vida de um homem público não pode ser atirada à lama de forma despropositada. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que a trajetória de Iris o credencia como um político de importância nacional. Na mesma direção, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que Iris é um patrimônio da política brasileira. Pedro Piva (PSDB-SP) ressaltou o respeito e admiração que tem por Iris e disse que a sua vida pública fala por si só.

Piva repudia acusações contra Serra



Pedro Piva

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) repudiou as críticas feitas ao ministro da Saúde, José Serra, pelos senadores Gilvam Borges (PMDB-AP) e Roberto Requião (PMDB-PR). Em pronunciamento momentos antes, Requião disse que um dos diretores do Ministério da Saúde, Geraldo Biasotto, esteve envolvido na fraude dos títulos investigados pela CPI dos Precatórios. Gilvam Borges disse que Serra é o “príncipe da antipatia nacional e mentor das manobras capciosas” do governo federal.

Falando em nome da liderança do PSDB, Piva enumerou os cargos ocupados pelo atual ministro da Saúde e elogiou o comportamento público de Serra.

— Não é uma questão de simpatia ou de antipatia o que se pode nutrir por um homem público. Jamais um homem como José Serra, que foi secretário de Planejamento, deputado federal, senador e ministro, pode ser julgado pela sua antipatia ou simpatia — disse.

Senadores exigem providências

Depois de ouvir o pronunciamento do senador Roberto Requião (PMDB-PR) sobre a possível paralisação dos processos decorrentes da CPI dos Precatórios, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) também manifestou sua estranheza em relação ao silêncio que cerca a mídia, quando os escândalos envolvem os grandes bancos. “Por causa daquela CPI, surgiam com constância manchetes sobre denúncias contra a classe política. Quando se acusava o Bradesco, ninguém falava nada. E é assim até hoje”, afirmou.

Para Simon, o Congresso merece nota dez pelos resultados de suas CPIs, mas o governo federal e o Poder Judiciário levam nota zero em relação às providências que deveriam ter tomado. “A exceção corre por conta da Receita Federal que vibra quando há CPI no

Congresso, porque pode descobrir fatos novos envolvendo os poderosos”, disse.

Segundo o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), os deputados do PDT e PT pretendem investigar fatos novos que surgiram depois do final da CPI dos Precatórios. “Não se trata de reabrir os trabalhos da CPI, mas de nova comissão, de preferência mista, para aproveitar a experiência dos senadores que atuaram na primeira”, esclareceu.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) explicou que a oposição quer examinar “o dia seguinte” da CPI dos Precatórios. Segundo o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), a proposta pode funcionar como manobra política para sustar processos na Justiça. “Não devemos permitir: o Congresso já fez sua parte, que a Justiça tome conta agora”, observou.

ACM vai cobrar medidas propostas por CPIs

Ao final do discurso do senador Roberto Requião (PMDB-PR), o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que discutirá com os integrantes da Mesa do Senado a possibilidade do envio de um expediente a todas as comissões da Casa, inclusive às comissões parlamentares de inquérito (CPIs) já realizadas, orientando para que sejam cobradas as medidas propostas por elas e até hoje não executadas.

—O objetivo é que se possa cobrar de quem de direito as providências necessárias para que haja moralidade pública no Brasil, independentemente da força de quem quer que seja — explicou

Antonio Carlos.

O presidente do Senado disse que a própria Comissão de Fiscalização e Controle poderia agir mais diretamente para fazer cumprir as deliberações da Casa, sobretudo as tomadas por suas comissões parlamentares de inquérito. Antonio Carlos Magalhães se colocou à disposição para receber de todos os presidentes de comissões ou de CPIs, assim como de relatores, as informações necessárias para cobrar providências até hoje não tomadas.

Antonio Carlos garantiu que, de posse dessas informações, poderá “exigir o andamento devido nos demais órgãos

da República, inclusive no Poder Judiciário, que não tem realmente dado a atenção devida às providências que a Câmara e o Senado têm solicitado”. O presidente do Senado também disse acreditar que se possa viver, a partir de agora, uma nova época de cobrança da atividade do Legislativo, em sua opinião “tão malsinado por aqueles que não querem realmente o funcionamento da democracia, mas que, em várias oportunidades, inclusive cortando na própria carne, tem sabido mostrar ao Brasil que seus parlamentares cumprem seus deveres de um modo geral para com o país”.

Heloísa defende pequenos produtores

Senadora apresenta proposta defendida pelo PT para renegociação das dívidas: alongamento do prazo para valores até R\$ 50 mil, juros de 3% ao ano e anistia para quem perdeu safra

Ao manifestar sua preocupação com o endividamento crescente dos pequenos agricultores, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) apresentou as propostas defendidas por seu partido para sua renegociação: o alongamento das dívidas até R\$ 50 mil, juros prefixados de 3% ao ano e anistia das dívidas dos pequenos produtores que tiveram suas safras perdidas em função de fatores climáticos.

Para Heloísa, a MP 1.918, que estabelece a renegociação das dívidas do setor, não resolve o problema, uma vez que atinge 24 mil devedores num universo de mais de 600 mil. "A esmagadora maioria desses produtores são de agricul-

tura familiar, com dívidas inferiores a R\$ 50 mil. Mas o governo prefere beneficiar os grandes devedores e até caloteiros do crédito agrícola, ao negociar com sua base no Congresso o atendimento exclusivo de dívidas superiores a R\$ 200 mil", afirmou.

A senadora por Alagoas afirmou que, em função de medidas como essa, a atual política agrícola do governo federal penaliza os mais pobres, aprofundando o quadro dramático do setor, especialmente dos agricultores familiares. "Sua política é simples abertura de espaço para a voracidade das empresas multinacionais, ávidas por novos mercados e consumidores,

sem qualquer preocupação com o aumento dos conflitos no meio rural", disse.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que a agricultura brasileira está falida. "O governo penaliza os produtores de maneira criminosa, sem entender que esse é o único setor que pode gerar os empregos de que o país necessita". Também em aparte, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) manifestou preocupação com o abandono em que se encontram os agricultores de seu estado e com "essa reforma agrária do governo que ninguém consegue ver".



Heloísa: política agrícola penaliza os mais pobres, aprofundando o quadro dramático do setor



Maguito lembrou trajetória do fundador do jornal, Batista Custódio, que foi preso e perseguido

Maguito homenageia o Diário da Manhã

Os 20 anos do jornal *Diário da Manhã*, de Goiânia, foram lembrados ontem pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO). A história do matutino, segundo Maguito, mistura-se à recente história de Goiás e vem sendo marcada por árduas batalhas até a consolidação do jornal, chamado pelos leitores de DM:

— Comandado pelo competente Batista Custódio, o *Diário da Manhã* surgiu numa época difícil, em que os profissionais da imprensa trabalhavam cotidianamente acossados pela dúvida de haver ou não dinheiro para a edição do dia seguinte — recordou Maguito.

O senador chamou ainda a atenção para os desafios políticos encarados pelo DM, que, a exemplo de outros jornais, teve de enfrentar os censores da ditadura militar. Tanto que a redação do diário nunca sabia se o jornal chegaria diariamente às mãos dos leitores ou seria "covarde e violentamente" recolhido pelo governo. Custódio, acrescentou o senador, lutou contra o fim das liberdades democráticas, motivo pelo qual foi preso e humilhado, mas sem nunca perder o espírito de luta e o grande brilhantismo intelectual.

Superando a fase inicial de improvisação, o *Diário da Manhã* completa 20 anos como uma empresa moderna, ressaltou Maguito. Como parte das comemorações, está lançando uma diagramação nova e atualizou sua página na Internet. Além disso, destacou, seu parque gráfico é hoje capaz de em poucos minutos colocar nas ruas uma numerosa edição.

Para Arruda, rejeitar nome de Grossi é punir quem não teve culpa

Teresa Grossi não era diretora do Banco Central e, como funcionária concursada da instituição, apenas cumpriu o que foi determinado pela diretoria, afirmou ontem o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Senado, em defesa da indicação da funcionária para a Diretoria de Fiscalização do Banco Central. Segundo Arruda, rejeitar no Senado a indicação seria puni-la sem provas:

— Ela depôs na CPI dos Bancos como testemunha. Foi clara, coerente e competente. Agora, o presidente do Banco Central afirma que ela é a pessoa mais indicada para ocupar o novo cargo. O Ministério Público não viu nada de incorreto na sua conduta. É justo o Senado agora rejeitar seu nome? — questionou Arruda, em consideração ao pronunciamento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que pediu a rejeição da indicação.

Conforme o líder do governo, o diretor do BC que criticou a CPI dos Bancos, Luiz Carlos Alvarez, foi demitido imediatamente, mostrando que o governo não concordava com sua posição. Por isso, a seu ver, aceitar a indicação de Teresa Grossi não significa que o Plenário do Senado estará cometendo algum ato prejudicial à CPI dos Bancos ou dando razão ao diretor demitido. "Reafirmo:



Arruda: "Não há nada contra Teresa Grossi que a impeça de exercer uma função pública"

não há nada contra Teresa Grossi que a impeça de exercer um função pública."

Teresa Grossi, funcionária de carreira do Banco Central, era chefe do Departamento de Fiscalização em janeiro de 1999, quando ocorreu a crise cambial que acabou levando à liberação da cotação do dólar no país. Ela depôs por cinco horas à CPI em maio do ano passado e foi questionada sobre a decisão da diretoria do BC de vender dólares, a preços favorecidos, aos bancos Marka e FonteCindam durante a crise cambial. Seu superior imediato à época era Cláudio Mauch, diretor de Fiscalização, que também prestou depoimento à CPI.

Dutra lembra relatório da CPI dos Bancos e pede sobrestamento

A indicação da funcionária do Banco Central Teresa Grossi para o cargo de diretora de Fiscalização do órgão deveria ser sobrestada pelo Senado, em razão de seu envolvimento no escândalo do Banco Marka, conforme questão de ordem apresentada ontem em Plenário pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE). A questão de ordem foi negada pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que lembrou a Dutra a possibilidade de tentar o sobrestamento por meio de consulta ao Plenário.

Segundo o senador por Sergipe, caso o Senado aceite votar a indicação de Teresa Grossi estará "jogando no lixo", o relatório da CPI dos Bancos, aprovado em novembro do ano passado. Naquele documento, Grossi é citada como uma das funcionárias da Fiscalização do BC que participaram de negociações destinadas a salvar bancos quebrados, em prejuízo dos cofres públicos, de acordo com Dutra. Na época, as conclusões da CPI foram consideradas "um lixo" pelo então diretor de Fiscalização do BC, Luiz Carlos Alvarez, que por esse motivo acabou sendo demitido.

O senador leu trecho do relatório em que Grossi confirma sua participação em alguns dos episódios que se seguiram à desvalorização do real, em janeiro do ano



Questão de ordem apresentada pelo senador José Eduardo Dutra foi negada pelo presidente da Casa

passado. "Particpei ativamente das negociações relativas ao Banco Marka, mas não das negociações do Banco FonteCindam", disse a funcionária do BC em depoimento à CPI.

Com base nas investigações, a comissão recomendou ao Ministério Público proceder a investigações que baseassem ações penais e cíveis contra os diretores e funcionários do BC responsáveis pela ajuda ao Marka e outros bancos:

— Falta, portanto, a Teresa Grossi o pré-requisito da reputação ilibada. Pode-se alegar que ela poderia ser absolvida numa ação judicial. Mas, e se fosse considerada culpada? — questionou Dutra.

Alcântara elogia união de igrejas para a Campanha da Fraternidade

Senador considera oportuna a escolha do tema – Dignidade Humana e Paz – e destaca a coincidência com o momento em que se debate novo valor para o salário mínimo

Ao registrar o lançamento da Campanha da Fraternidade, realizado na quarta-feira da semana passada, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou tanto a escolha do tema – Dignidade Humana e Paz – quanto o fato de que neste ano a Igreja Católica não está sozinha à frente da campanha, mas dividindo a responsabilidade com várias outras igrejas cristãs.

Na opinião de Lúcio Alcântara, falar em dignidade humana é tentar assegurar o mínimo de condições para a sobrevivência, a saúde e a educação de toda a população. Ele ressaltou a importância de o debate promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) coincidir com o momento em que se estabelece um debate em torno da fixação do novo valor para o salário mínimo.



Para Alcântara, novo mínimo deve ao menos sinalizar alguma conquista do trabalhador

– Devemos lutar para que o valor do novo salário mínimo seja capaz de, ao menos, sinalizar a preocupação do poder público em fixar um piso que represente alguma conquista do trabalhador brasileiro – opinou.

Para Lúcio Alcântara, a discussão sobre paz é igualmente importante porque, na sua opinião, exis-

te um conjunto de causas que estão deixando a sociedade mais violenta e trazendo insegurança às pessoas. Ele disse que a busca não deve ser apenas pelo fim dos conflitos e da violência, mas pela paz social que possa permitir um convívio harmonioso entre as mais diferentes camadas sociais.

Em aparte, o senador Maguito

Vilela (PMDB-GO) afirmou que a Campanha da Fraternidade não pode sozinha resolver os problemas que elegeram como tema para este ano. “É necessária também a decisão política do governo”, acrescentou. O senador Francelino Pereira (PFL-MG) comentou que a luta para reduzir as desigualdades e resgatar a dignidade de toda a população deve envolver toda a sociedade e ser partilhada por todos os brasileiros. Eduardo Suplicy (PT-SP) falou sobre a necessidade da instituição de um programa que garanta uma renda mínima para todas as pessoas.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) destacou a importância de o papa João Paulo II, em nome da Igreja Católica, ter pedido perdão por alguns dos erros cometidos pela Igreja no passado.



Hugo Napoleão: reverência ao amigo de formação moral incontestável

Napoleão anuncia entrega do Prêmio Luís Eduardo Magalhães

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) anunciou que amanhã, às 11h30, o Instituto Tancredo Neves – Centro de Estudos Políticos e Sociais do PFL – fará a entrega do segundo Prêmio Luís Eduardo Magalhães, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. Napoleão acrescentou que o presidente Fernando Henrique Cardoso já confirmou presença na solenidade, que premiará os melhores trabalhos sobre o tema “Cenários e projetos para o Brasil no século XXI”.

Durante a cerimônia, segundo Napoleão, o presidente do Instituto Tancredo Neves, deputado Vilmar Rocha (PFL-GO), lançará a terceira edição do prêmio, cujo tema será “O Brasil e o conflito social moderno – Crescimento econômico e distribuição de renda”.

– Com esse prêmio, estamos homenageando não só a cultura e a ciência política brasileira, mas sobretudo o nome de Luís Eduardo Magalhães, que para nós, do PFL, hoje deveria ser governador da Bahia e candidato do partido à Presidência da República em 2002. É a reverência que fazemos ao amigo que, em todos os cargos que ocupou, deixou o traço impecável de uma formação moral incontestável – afirmou Napoleão.

Outras iniciativas do PFL foram consideradas importantes por Hugo Napoleão. Ele destacou que no dia 8 de julho a Escola Superior de Política realizará teleconferência nacional com 50 mil candidatos a prefeito e vereador. Também citou os Cadernos Liberais e o “Seminário Internacional sobre Tendências Políticas”, realizado recentemente em São Paulo em parceria com a Fundação Popular Ibero-Americana.

Bancada nordestina defende prorrogação das frentes de trabalho

Parlamentares da bancada nordestina reuniram-se na noite de ontem, no restaurante do Senado, e decidiram ampliar a pressão para que o governo federal prorrogue por mais 60 dias, no mínimo, as frentes de trabalho que atendem 800 mil alistados em todo o Nordeste. De acordo com o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), autor da proposta da reunião, apesar de ter chovido em grande parte da região os agricultores ainda não puderam colher nenhuma safra.

– Queremos uma prorrogação mínima de 60 dias, mas o ideal seria que o governo estendesse a duração das frentes de trabalho por mais 90 dias, para dar tempo de chegar o período da colheita do que foi plantado. Apesar da ajuda ser pequena, de pouco mais de 50 reais, é a única renda que os flagelados da seca estão recebendo para conseguir sobreviver – comentou Ney Suassuna.

Segundo o senador, já foram enviadas cartas ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, pedindo que o governo não suspenda as frentes de trabalho. Agora, os apelos da bancada nordestina serão intensificados. Entre os participantes da reunião estiveram os senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Djalma Bessa (PFL-BA) e Sérgio Machado (PSDB-CE).



Comissão acolheu por unanimidade a designação de Luiz Augusto de Castro Neves

CRE aprova indicação para embaixada no Paraguai

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou por unanimidade, na noite de ontem, parecer do relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), favorável à indicação de Luiz Augusto de Castro Neves para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Paraguai.

O diplomata homenageou o presidente da CRE, senador José Sarney (PMDB-AP), lembrando que, quando presidente da República, Sarney imprimiu novas características e dimensões na relação entre o Brasil e os países do Cone Sul, que culminaram com a criação do Mercosul. Luiz Augusto de Castro acrescentou que, se hoje o Paraguai é muito diferente do que era há 20 ou 30 anos, em parte deve isso à criação do Mercosul.

Em sua exposição aos senadores, o indicado

citou a hidrelétrica de Itaipu como principal exemplo da integração entre os dois países.

– A Itaipu Binacional, maior central hidrelétrica do mundo, é um empreendimento essencial para o Brasil e foi feito em condomínio com o Paraguai. A usina hoje é reconhecida pela sua eficiência, além de ser responsável pela produção de 25% da energia consumida em território brasileiro – comentou.

Coube ao senador Bernardo Cabral (PFL-AM) ler o relatório de Mestrinho. Na oportunidade, Cabral salientou que conhece Luiz Augusto de Castro há muito tempo e confia no seu trabalho à frente da representação brasileira. O presidente da comissão, José Sarney, também lembrou que, quando ocupou a Presidência da República, comprovou a competência do indicado.